

FOLHA INFORMATIVA

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



ASSOCIAÇÃO
**CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO**

Nº 40 . ABRIL . 2025



IGUALDADE DE ABRIL E PAZ

Uma mulher lavrava a terra, perto da aldeia maior, no vale transmontano e quase abandonado. Havia espanto nos olhos do homem que guiava o cavalo pelo caminho que mais tarde seria uma estrada, depois da Revolução de Abril. Regressara da guerra colonial. Dava uma volta pelos campos e pela primeira vez descobria aquela novidade de uma mulher agarrada à charrua, a não deixar morrer o terreno na secura do verão.

Os homens partiam para a emigração e as mulheres ainda iam ficando, a tratar dos mais velhos e a cuidar das crianças. Mas já as vira, em Lisboa, a fazer os trabalhos mais duros nas empresas e noutros serviços.

Algo mudava. A guerra colonial marcava também esse quotidiano que se desfazia e transfigurava. Ausência, dor, vontade de juntar forças e romper barreiras, os mundos diferentes, lá longe, na pobreza imensa. Pouco a pouco, em países estranhos, as mulheres faziam caminhos também “a salto”, marcando experiências e ganhando lugares de afirmação ambicionada.

Eram pequenas e grandes conquistas, no quotidiano marcado pela dor, pelo receio do regresso quando pudessem. A terra, o lugar sempre ambicionado e lá longe, a perder-se nos dias e nos anos de juntar dinheiro para fazer a casa, para trazer os filhos para esses mundos de ausência e de esperança de regresso.

E muitos desses jovens por lá ficaram, aprendendo palavras e línguas que nem sonhariam. Diziam que sim, que estavam bem, que também iriam trabalhar quando pudessem. Nessa entrega e perda de amigos, nos novos rumos que escalavam e venciam, ficaram países velhos e novos, nasciam novas ruas e casas, ainda vividas ou então esvaziadas após anos e anos de novas partidas e regressos, face ao medo de perder apoios, nas escolas de filhos e netos, na saúde melhor para os mais velhos e desgastados, nesses países descobertos e reconstruídos.

Por isso, em tempos ameaçadores, os pensamentos e opções trazem outros medos e ambições. E, sobretudo, trazem vontades de paz e de afirmação de direitos, na igualdade que temos de conquistar, homens e mulheres juntos, no trabalho, no dia a dia que nos pertence e queremos tornar maior.

Nos cinquenta e um anos de liberdade temos de resistir às ambições dos que são corruptos e querem mais poder. Lado a lado, defender e impulsionar a democracia, os direitos fundamentais do nosso povo e lembrar sempre os que fizeram a Revolução de Abril, desde logo o General Vasco Gonçalves, que foi Primeiro Ministro em quatro governos provisórios e nos deixou a todos responsabilidades imensas para defender Abril e a Constituição da República, na igualdade plena e determinante para o futuro de Portugal.

MODERNA

Modesto Navarro

Vogal da Direcção



Imagem de capa do livro

Caros Associados

A 11 de março, o País deu mais um passo em direção a próximas eleições legislativas. A sessão na Assembleia da República que concluiu rejeitando a moção de confiança apresentada pelo Governo da AD não dignificou aquele Órgão de soberania, mas temido momentos piores. É urgente que os Órgãos de soberania se respeitem e nos respeitem e sobretudo respeitem e honrem a Revolução de Abril, de outra forma o Regime Democrático caminhará, em acelerado, para a putrefação.

No passado 6 de fevereiro a Assembleia Geral da ACR aprovou o “Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de 2025” e no dia 20 de fevereiro, numa sessão que organizámos na Casa do Alentejo em Lisboa, Bruno Dias apresentou o Caderno de Abril – “Encontro com António Avelãs Nunes” editado pelo nosso Núcleo do Porto. No dia 27 de março realizou-se a Assembleia Geral da ACR que aprovou o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2024. No dia seguinte estivemos em Coimbra para fazer a apresentação pública da 3ª Edição **d’O NOVEMBRO QUE ABRIL NÃO MERECIA** da autoria do nosso Presidente do Conselho Fiscal, Professor Avelãs Nunes. O livro pode ser adquirido na



Jorge Aires

*Presidente
da Direcção da ACR*

ACR através do nosso portal. Trata-se de uma edição que acrescenta muita informação à edição anterior. **É uma leitura a não perder.**

Encerrado o período de 48 anos de fascismo, celebrámos o 49º aniversário da entrada em vigor da Constituição de Abril, e celebraremos o 51º aniversário do início da Revolução de Abril e o 50º aniversário das primeiras eleições livres. A ACR está empenhada com outras organizações do Movimento Popular na organização das comemorações dessas datas, com destaque para o desfile das comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa na Avenida da



Exposição itinerante (22 de Abril no Bairro Alentejano, Quinta do Anjo)

Liberdade. No dia 2 de abril assinalámos a data da promulgação da Constituição de Abril com uma sessão na Casa do Alentejo e, nessa data e com finalidade idêntica, o nosso núcleo do Porto participou numa iniciativa conjunta com várias organizações. Nos dias, 23 (Lisboa, na Casa do Alentejo) e 24 (no Porto, Seminário Diocesano) teremos jantares de convívio da ACR para assinalar o 25 de Abril de 1974 e a 25 de Abril integraremos o desfile na Avenida da Liberdade em Lisboa. Em todas estas iniciativas esperamos a vossa participação e aos nossos associados que vivem espalhados pelo País apelamos a que participem e integrem as iniciativas locais alusivas à data.

À semelhança do que todos os anos acontece, o assinalar da data do 25 de Abril convoca a ACR para uma intensa participação, em vários pontos do País, em iniciativas promovidas pelas mais diversas entidades com destaque para Autarquias, Escolas e Coletividades. Para terem uma ideia do que esse empenhamento representa, sugerimos a leitura do "Relatório de Atividades e Contas 2024" que apresentámos à Assembleia Geral de 27 de Março passado. Nele se assinala que, durante todo o ano, a ACR se desdobrou na resposta às mais variadas solicitações e mantém a percorrer o País (é só convidarem-nos!) a exposição itinerante alusiva ao Centenário do General Vasco Gonçalves, nosso patrono.

O monumento ao "Companheiro Vasco", continua a fazer progressos. Das 50 miniaturas que encomendámos, cerca de 30 estão reservadas, 10 já nos foram entregues e dessas, metade foi enviada pelos Correios e as restantes estão a ser entregues por mão própria. Quanto ao monumento, surgiu a necessidade de um maior detalhe na definição dos testes a realizar, assunto colocado ao gabinete de engenharia que está a colaborar com a ACR e cuja resposta está em análise. Merece ser assinalado o incedível apoio que a Arquitectura nos tem dado, com destaque para a disponibilidade e empenhamento do nosso associado, Arquitecto António Madureira.

Até breve.

Saudações de Abril, sempre!

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER

UM DIA QUE PERDURARÁ COMO SÍMBOLO DA LUTA DAS MULHERES

Fátima Amaral | Membro
do Conselho Nacional do MDM

Em 1910, por proposta de Clara Zetkin¹, a 2.ª Conferência Internacional das Mulheres delibera que todos os anos e em todos os países, se celebre um Dia Internacional da Mulher (DIM).

Em Portugal, e para o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), o 8 de Março é uma data marcante na construção da emancipação das mulheres, contra a guerra e pela construção da Paz.

Celebrar o DIM é, para nós, afirmar a vontade e a determinação de Ser Mulher, com voz e razão próprias, com direitos e deveres de cidadania, porque a celebração retoma a história, revitaliza processos e redobra o ânimo no nosso combate pelo

direito ao trabalho, à autonomia e à realização pessoal.

O MDM faz desta data um tempo especial para o contacto mais estreito com as mulheres, porque o lado reivindicativo e a solidariedade estão sempre presentes.

Ao longo destes 50 anos, desde a primeira Manifestação de Mulheres, promovida pelo MDM, em liberdade e democracia, as comemorações do DIM têm sido motores para criar novos espaços de unidade, chamar mulheres à intervenção organizada, procurando dar expressão às suas preocupações, quanto ao seu estatuto na sociedade, ao seu papel insubstituível no desenvolvimento do país.

Neste século XXI, mesmo, numa década de maiores retrocessos que marcam a vida das mulheres, as comemorações do 8 de Março, em todo o país, têm envolvido milhares de mulheres que com alegria e

confiança, participam em convívios, momentos culturais, caminhadas, conversas, tertúlias, acções de protesto e de reivindicação.

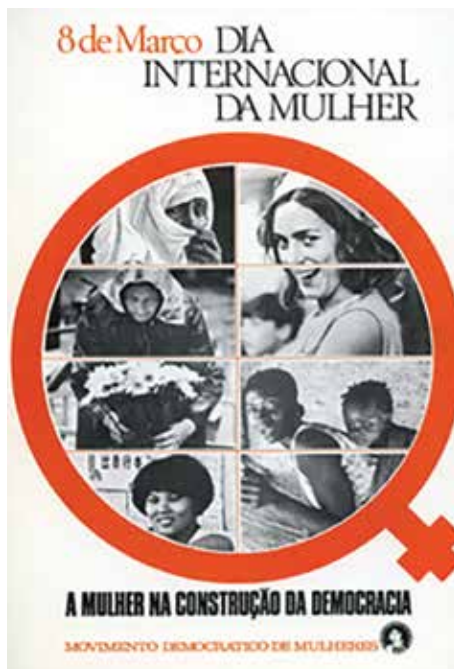
Tem sido uma data de apresentação de reivindicações junto de milhares de mulheres, de Governos e da Assembleia da República.

Tem sido uma data com momentos de solidariedade com as mulheres de todo o Mundo que lutam pelos seus direitos, pela justiça social, pela soberania dos povos e pela Paz.

O MDM apresentou, tantas vezes no mês de Março, propostas e promoveu actividades pioneiras, para valorizar as associações de mulheres, o saber das mulheres e o seu contributo para o progresso do país.

A Manifestação Nacional de Mulheres, realizada pelo MDM, desde 2017, tem contribuído para enfatizar a importância do DIM, e para dar mais força e projecção, em todo o país, à luta das mulheres contra todas as formas de violência e em defesa dos seus direitos fundamentais, como são o acesso à saúde, à educação, à protecção social e à habitação digna.

Este ano, de evocação dos 50 anos do Ano Internacional da Mulher e da primeira



Manifestação de Mulheres, depois da queda do fascismo, promovida pelo MDM, a Manifestação Nacional de Mulheres foi um grito de alerta sobre as causas e consequências das desigualdades, de denúncia dos retrocessos nos direitos das mulheres, de defesa de uma política de igualdade e emancipação, e pela paz no Mundo.

SOMOS MULHERES DE ABRIL E SEREMOS A FORÇA TRANSFORMADORA NECESSÁRIA PARA A IGUALDADE NA LEI E NA VIDA DAS MULHERES

¹ Clara Zetkin (1857-1933), alemã, foi uma incansável activista pela paz, e em defesa dos direitos das mulheres.

CUMPRIR ABRIL

J. Cardador

O 25 de Abril de 1974 marcou o fim de décadas de um regime autoritário que subjogou Portugal a um sistema de repressão política, desigualdade social e estagnação económica. Durante quase 50 anos, o país viveu sob uma ditadura fascista que censurou, perseguiu e matou, e que mantinha a população na pobreza, condenava milhares ao exílio forçado e perpetuava o atraso educativo, cultural e social.

Foi a Revolução dos Cravos, constituída como um movimento popular, que devolveu aos portugueses os direitos fundamentais há muito negados, como a liberdade de expressão, de reunião, o direito ao voto livre e universal, a direitos laborais, à descolonização e ao fim da guerra, ao acesso universal à saúde e à educação, e a tantas outras perspectivas de progresso e de justiça social que foram abertas com o processo revolucionário.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, consagrou as conquistas da Revolução no plano político, económico, cultural e social e estabeleceu as características do nosso regime democrático. Foi e continua a ser, uma das mais progressistas da Europa. Este documento histórico, que completa 50 anos no próximo ano, consagrou os princípios da

Revolução, transformando aspirações de liberdade em direitos concretos. Entre os seus princípios fundamentais, destacam-se a consagração dos direitos sociais e económicos (saúde, educação, trabalho digno), descolonização e fim do imperialismo, igualdade de género e direitos das mulheres, liberdade sindical e reforma agrária, Estado de Direito Democrático, com separação de poderes, entre muitos outros.

A Constituição de 1976 é o referencial que nos guia para a concretização dos valores conquistados em Abril. Quase cinquenta anos depois, este referencial, apesar de desvirtuado, continua a orientar-nos para a construção de uma sociedade mais justa, de progresso e justiça social.

No entanto, 51 anos depois de Abril, apesar dos progressos verificados, a realidade é que os diversos Governos não têm executado as políticas de acordo com o preconizado na Constituição.

As populações continuam a sofrer as consequências de décadas de políticas de direita, privando uma parte significativa do povo a condições dignas de subsistência, com baixos salários, e negando o seu acesso a direitos fundamentais, principalmente nas áreas da saúde, da habitação e da educação.

Esta situação tem resultado no descrédito dos partidos responsáveis pela governação do País, a par de todas as forças políticas, tendo como consequência elevados



níveis de abstenção nas eleições e terreno fértil para a formação de novas forças populistas de direita.

Se associarmos a esta equação uma comunicação social no geral tendenciosa e cada vez mais subserviente aos detentores do capital e aos seus interesses, se percebe que esta “água” vertida naquele terreno, vai resultar num regime político contrário aos valores de Abril e aos interesses das populações.

Acresce ainda uma nova realidade que são as redes digitais, onde a comunicação é realizada de forma unidirecional com conteúdos programados para doutrinar as populações de acordo com os interesses de quem os promove, tantas vezes também contrários à Constituição e ao caminho aberto em Abril.

A luta do presente continua a ser pela concretização da Constituição de Abril, de transformação das políticas com respostas

concretas às necessidades das populações, da melhoria das condições de vida do povo português e da dignificação da nossa democracia.

No próximo 18 de maio, estarão em confronto dois projetos distintos para o País: a continuação da política de direita; e o seu combate e luta por uma alternativa patriótica e de esquerda, esta última indissociável da defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República. Esta batalha, que se trava tanto no terreno como nas urnas, demonstra que não basta mudar os protagonistas, é imperativo mudar as políticas.

Porque Abril não foi só o passado que nos orgulha, é o futuro que nos falta construir. E essa revolução, agora silenciosa, continua a ser necessária. Nas urnas, nas ruas, nas consciências.

**25 de Abril Sempre,
fascismo Nunca Mais!**

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PROMESSAS, MITOS E PERIGOS REAIS.

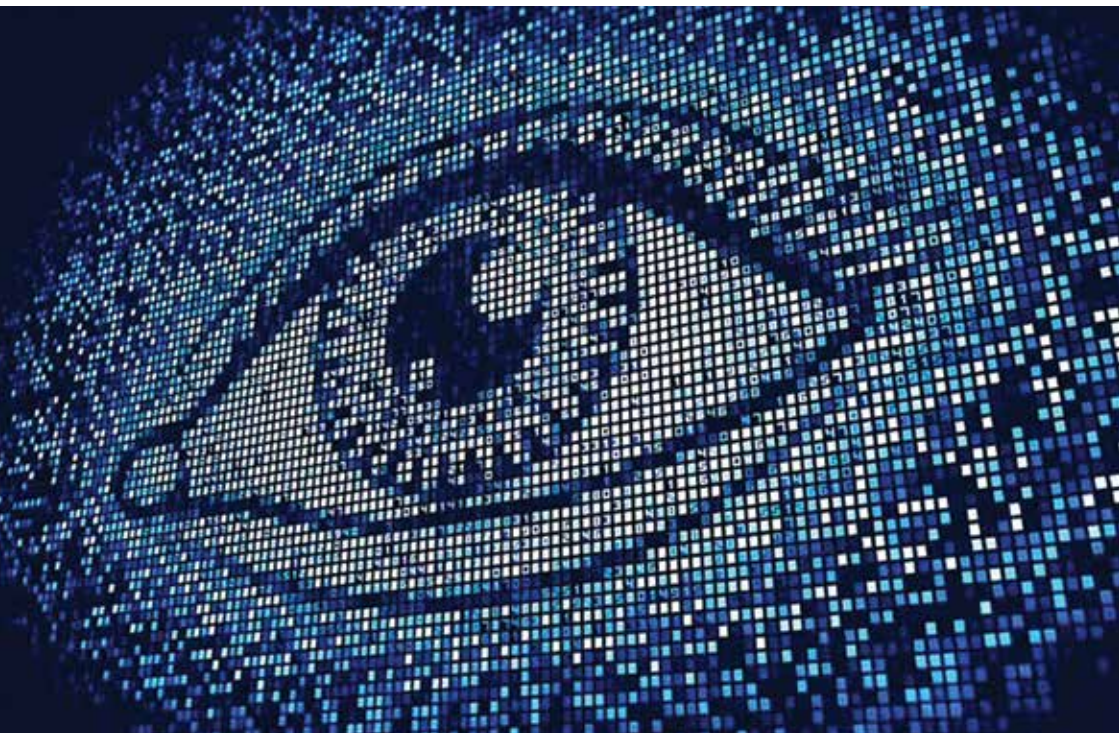
Rogério Reis

Segundo Arthur C. Clarke qualquer tecnologia suficientemente avançada é indistinguível da magia. A frase escrita noutro contexto e circunstâncias parece aplicar-se "como uma luva" à "Inteligência Artificial" (IA) dos dias de hoje. A sua designação parece criação de uma agência de publicidade, de tão evocativa, antropomórfica e ao mesmo tão vaga. As suas referências na literatura, em especial na chamada "ficção científica", pintam-na com miríficas propriedades a que o sensacionalismo da maioria dos textos na comunicação social só reforçam. A ignorância, de quase todos, sobre o seu funcionamento, limites e virtudes, compõem o resto do quadro. Somente mais de quarenta anos depois de usada pela primeira vez passou a constituir algo que o cidadão comum tenha podido experimentar. Foram necessários computadores potentes e com grande capacidade de armazenamento e principalmente que as nossas actividades e interações passassem a ter uma forte componente digital para que fosse possível coligir este imenso caudal de informação que serve para "treinar" estes sistemas.

A compreensão da natureza, ou seja,

a investigação científica e a sua aplicação à transformação da natureza, são, por um lado, o traço distintivo da Humanidade como espécie bem sucedida, por outro, o veículo de libertação do Homem do jugo do trabalho, conquistando o direito ao tempo livre. Mas a incorporação deste conhecimento no processo produtivo, porque perturbador das relações de produção, é sempre acompanhado de inquietações pelos trabalhadores que assim veem com agravada preocupação a estabilidade dos seus postos de trabalho. Muitos dos aspectos desta revolução digital, de que a introdução da IA constitui mais um episódio, são semelhantes aos da introdução da máquina a vapor na revolução industrial. Tal como então, grande é o receio que os postos de trabalho escasseiem porque os humanos se vêem substituídos por máquinas. Ora o balanço da revolução industrial é o da criação de mais postos de trabalho que por exigência e graças à luta desses novos trabalhadores se traduziram em melhores condições, remunerações e diminuição da jornada de trabalho. Nada nos leva a crer que agora o resultado seja diferente.

Isto não significa que esta tecnologia esteja isenta de avolumados perigos. A introdução generalizada de sistemas digitais



nos meios de produção dá-se a partir da década de 90, momento de claro desequilíbrio de forças entre o Trabalho e o Capital, em favor deste último. Apesar da imaturidade actual da IA, a voragem do lucro, para compensar a tendência da diminuição da taxa de lucro, leva à adopção prematura daquela em áreas de particular sensibilidade. É o caso da automatização de decisões das quais dependem prerrogativas de cidadania, direitos económicos e mesmo médicos, em que, para embaratecer serviços se usam estes sistemas, retirando a decisão ao humano que por ela é responsabilizável. A utilização bélica desses sistemas constitui paradigma último desses perigos.

Pela sua natureza, a IA tende a dar respostas que se assemelham às de um ser humano, assim como é capaz de inferir padrões em dados sem aparente estruturação, ainda que, umas e outros, sejam desprovidos de estrutura lógica e de causalidade. É portanto particularmente adequada para a manipulação informativa, como de invasivo controlo de cidadãos.

Não devendo ser criadas balizas à Ciência e à Tecnologia, é imperativo que sejamos capazes de impor limites à sua utilização por forma que, em virtude do actual desequilíbrio de forças, estas não se constituam em mais um instrumento de opressão ao invés de ferramenta libertadora.

POR QUEM DOBRAM OS SINOS?

Bruno Carvalho

Enquanto se negocia a paz entre a Rússia e a Ucrânia, com mediação norte-americana, a União Europeia e o Reino Unido discutem a guerra. O medo, uma vez mais, é usado como instrumento para garantir o apoio dos povos ao rumo belicista e para a retirada de direitos e garantias.

Contra os princípios da Constituição da República Portuguesa, o governo português em funções anunciou que vai apoiar o rearmamento da União Europeia em aliança com o Reino Unido. De forma contraditória, enquanto se discutia a paz na Arábia Saudita entre os representantes da Rússia e da Ucrânia com a mediação norte-americana, os líderes europeus faziam soar os tambores da guerra. Von der Leyen pôs a meta do rearmamento da União Europeia nos 800 mil milhões de euros e o objectivo é dissuadir a ameaça russa. De forma inexplicável, depois de nos terem convencido de que Moscovo iria sucumbir às sanções e que a Ucrânia venceria indubitavelmente a guerra aqui estamos. Durante três anos, a propaganda ocidental desdobrou-se entre o perigo da Rússia invadir todo o continente e a incapacidade militar russa para vencer as tropas ucranianas. Agora, perante o avanço lento

mas firme de Moscovo, as dúvidas sobre a nova estratégia da Casa Branca põem a lógica belicista de Berlim, Paris e Londres em cheque.

A contra-gosto, quem manda na Europa está agora arredado dos centros de decisão do conflito e assiste à distância, sempre numa postura profundamente crítica, à tentativa de abrir caminho à paz. Não é algo novo, uma vez que, em 2022, Boris Johnson sabotou os diálogos na Turquia garantindo a guerra procurando o desgaste da Rússia. Naftali Bennett, então primeiro-ministro de Israel, e um dos principais impulsores das negociações, diria mais tarde que as duas partes estavam dispostas a alcançar um cessar-fogo e que o Ocidente empurrou a Ucrânia para a guerra. Em 2015, em plena guerra civil, a Alemanha, França, Rússia, Ucrânia e as repúblicas separatistas de Donetsk e Lugansk assinaram um acordo de paz que não foi cumprido. Já depois da invasão russa, Angela Merkel e François Hollande confessaram que só tinham firmado esse documento para ganhar tempo e reforçar militarmente a Ucrânia.

Essa mesma Europa propõe-se agora enviar tropas para a Ucrânia a pretexto de garantir a segurança daquele país no âmbito de um acordo de paz. Contudo, parece muito pouco provável que a Rússia dê luz



verde a tal proposta. A União Europeia, assim como o Reino Unido, faz parte da guerra e não é um interlocutor neutro.

Mais do que procurar uma paz definitiva, o Ocidente, com a dissidência agora de Washington, buscou sempre ganhar tempo. O alargamento da NATO a Leste e a recusa de convidar a Rússia para fazer parte da Aliança Atlântica evidenciaram o óbvio. Foi o Ocidente que cercou a Rússia de bases militares da NATO e não o contrário. As bases para uma paz sólida e consensual têm de partir da premissa de desescalamento e de garantias de segurança.

Pelo contrário, assistimos a discursos alarmistas onde se inclui o apelo a que os cidadãos europeus façam kits de sobrevivência para sobreviver durante 72 horas sem suporte algum em caso de conflito. O medo enquanto instrumento político serve para procurar o apoio das populações a medidas que não seriam populares em tempos de paz. Com as nuvens da guerra no horizonte, é muito provável que os diferentes governos se vejam tentados a retirar direitos e garantias para garantir o investimento à indústria do armamento e para manter o poder dos seus cidadãos com rédea curta.

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados, solicitamos àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu e-mail para acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta da **Caixa geral de Depósitos:**

2178 0292 4563 0. Sugere-se a visita ao site

www.conquistasdarevolucao.pt e ao blogue da Associação

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

EDIÇÃO:

Associação Conquistas da Revolução

COORDENAÇÃO:

Modesto Navarro

E-MAIL:

acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL:

360191/13